

POTENCIALIDADES E O IMPACTO DAS FRAGILIDADES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DOS MUNICÍPIOS DE UMA REGIÃO FRONTEIRIÇA

SPAREMBERGR, Ariosto. UNIJUÍ. Santa Rosa, RS, Brasil.

BÜTTENBENDER, Pedro L., UNIJUÍ. Santa Rosa, RS, Brasil.

ZAMBERLAN, Luciano, UNIJUÍ. Ijuí, RS, Brasil.

SPAREMBERGER, Cristian, UFSC. Florianópolis, SC, Brasil.

Autor para correspondencia: ariosto@unijui.edu.br

RESUMO

As cidades de menor porte constituem a maioria no Brasil e, em geral, carecem de estudos e pesquisas que contribuam para o seu desenvolvimento social e econômico. Nesse contexto, o presente estudo teve como principal objetivo compreender a percepção dos prefeitos sobre as principais potencialidades para impulsionar o desenvolvimento econômico, bem como identificar as principais fragilidades dos municípios e da região. Para atender a esse objetivo, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com procedimentos técnicos de natureza bibliográfica. Os dados foram coletados por meio de questionário aplicado aos prefeitos e analisados com base no método de análise de conteúdo. Os resultados indicam que as principais potencialidades estão relacionadas ao polo metalmeccânico, às atividades do agronegócio e ao setor de

turismo. As fragilidades, por sua vez, concentram-se na redução populacional, na deficiência da infraestrutura logística, na escassez de mão de obra especializada e na ausência de sucessão familiar no meio rural, entre outras. Conclui-se que, embora a região abrigue alguns municípios com desenvolvimento econômico significativo, essa realidade não se estende àqueles com baixa densidade populacional e Produto Interno Bruto (PIB) reducido.

Palavras-chave: Municípios; Potencialidades; Fragilidades; Desenvolvimento regional.

POTENCIALIDADES Y EL IMPACTO DE LAS FRAGILIDADES EN EL DESARROLLO REGIONAL: EL CASO DE LOS MUNICIPIOS DE UNA REGIÓN FRONTERIZA

RESUMEN

Las ciudades de menor tamaño constituyen la mayoría en Brasil y, en general, carecen de estudios e investigaciones que contribuyan a su desarrollo social y económico. En este contexto, el presente estudio tuvo como objetivo principal comprender la percepción de los alcaldes sobre las principales potencialidades para impulsar el desarrollo económico, así como identificar las principales fragilidades de los municipios y de la región. Para alcanzar este objetivo, se realizó una investigación de enfoque cualitativo, de carácter exploratorio y descriptivo, con procedimientos técnicos de naturaleza bibliográfica. Los datos fueron recolectados mediante cuestionario aplicado a los alcaldes y analizados con base en el método de análisis de contenido. Los resultados indican que las principales potencialidades están relacionadas con el polo metalmecánico, las actividades del agronegocio y el sector turístico. Las fragilidades, por su parte, se concentran en la disminución poblacional, la deficiencia en la infraestructura logística, la escasez de mano de obra especializada y la falta de sucesión familiar en el medio rural, entre otras. Se concluye que, aunque la región alberga algunos municipios con desarrollo

económico significativo, esta realidad no se extiende a aquellos con baja densidad poblacional y Producto Interno Bruto (PIB) reducido.

Palabras clave: Desarrollo regional; Fragilidades; Municipios; Potencialidades; Región.

1 INTRODUÇÃO

Os grandes centros urbanos oferecem inúmeras oportunidades de negócios e tornam-se atrativos tanto para empresas quanto para famílias que buscam melhores condições de vida. Por outro lado, as pequenas cidades frequentemente não apresentam a mesma atratividade, embora esse aspecto seja fundamental para o desenvolvimento econômico e social.

Esses municípios enfrentam diversas dificuldades, como restrições orçamentárias, baixa participação nos tributos arrecadados, limitações para elaborar planos diretores e projetos, além da escassa adoção de práticas modernas de gestão pública. Soma-se a isso a baixa densidade populacional e a limitada capacidade de arrecadação. Ao mesmo tempo, as demandas por serviços de qualidade e novos investimentos são crescentes, tornando ainda mais desafiadora a atuação da administração pública local.

Conforme estudo do IBGE (2019), municípios de pequeno e médio porte têm apenas 28% de seus funcionários comissionados com curso superior, enquanto nos de grande porte esse índice sobe para 42%. Quando o assunto é planejamento, quase 100% dos municípios de grande porte possuem plano diretor, contra apenas 48% dos pequenos e médios. A pobreza atinge 22% da população nos municípios menores, comparada a 7% nos grandes centros. Os municípios de pequeno e médio porte representam 97,3% das cidades brasileiras e abrigam mais de 50% da população – cerca de 110 milhões de pessoas.

A pesquisa de Alves e Lima (2021) indica que a densidade populacional exige infraestrutura adequada, mas quando elevada, associada a baixos níveis de renda e

educação, compromete a qualidade de vida das pessoas, como no caso de moradias lotadas e inseguras, com maior risco de contaminação.

Por outro lado, municípios com população reduzida geralmente enfrentam dificuldades para ofertar serviços diferenciados e de qualidade, atrair investimentos e gerar empregos. Como os dados de densidade são usados por diferentes esferas de governo para orientar políticas públicas, é fundamental que os gestores das pequenas cidades atuem de forma propositiva frente a essas adversidades.

Geralmente, os problemas enfrentados pelos menores municípios estão associados à sua posição geográfica, marcada pela distância de grandes centros urbanos e regiões mais desenvolvidas, o que dificulta determinadas ações e estratégias de desenvolvimento. Além disso, áreas de fronteira, por natureza, apresentam características culturais que nem sempre favorecem o crescimento econômico e social. Dessa forma, torna-se iminente a necessidade de fortalecer a gestão municipal, buscar parcerias, descentralizar os serviços e promover o planejamento – medidas importantes para o desenvolvimento local e regional.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é discorrer sobre as principais potencialidades e fragilidades dos 20 municípios da Região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. O estudo visa analisar e interpretar os resultados de uma pesquisa que envolveu os gestores públicos desses municípios, mostrando a percepção dos prefeitos quanto às potencialidades existentes para impulsionar o desenvolvimento econômico, às principais fraquezas, à existência de estratégias, à visão futura para o município e às principais parcerias.

Embora estudos anteriores tenham abordado dados e números referentes ao desenvolvimento local e regional (ROTTA *et al.*, 2016; BÜTTENBENDER; DALLABRIDA, 2006; FERNANDES, 2013), entende-se que investigações voltadas à percepção dos gestores contribuem significativamente para a ciência, os municípios e a comunidade.

Cabe destacar que a região tem participado ativamente dos planos de desenvolvimento. Essa estratégia, liderada pelo Governo do Estado e que mobiliza o poder público, universidades, associações, prefeitos e toda a sociedade, tem sido um espaço de debate das dimensões regionais e trazido resultados significativos que contribuem para o desenvolvimento da região. O planejamento estratégico, na condição de experiência inovadora, constitui-se em uma das principais ferramentas de gestão do desenvolvimento regional e, adicionalmente, consolida-se como insumo para as proposições e reivindicações dos municípios junto às entidades locais e regionais. Seu objetivo principal é tornar mais eficientes as atividades de uma região, a partir da participação cidadã (Corede, 2017).

Os municípios investigados abrangem, ao todo, uma área de 4.639 km², apresentando uma população de 209.168 habitantes, sendo que 67,32% vivem na área urbana e 32,68% residem na área rural (IBGE, 2022). Trata-se de uma área de fronteira, distante dos grandes centros urbanos, rica em recursos naturais e de baixa densidade populacional.

Portanto, por fins didáticos, este estudo foi dividido em cinco seções, com o objetivo de facilitar a compreensão da temática. Na introdução, são apresentadas informações referentes à situação dos menores municípios, às dificuldades existentes, à região foco do estudo e ao objetivo do trabalho, situando o leitor em relação ao tema e aos propósitos da pesquisa. Em seguida, é apresentado o referencial teórico, a partir de obras que tratam, principalmente, de municípios brasileiros, desenvolvimento, potencialidades e fragilidades. Na seção seguinte, é apresentada a metodologia e sua classificação, que fundamentaram a presente pesquisa. Após, são exibidos os resultados e discussão e, por fim, é exposta a conclusão do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Um município no Brasil é uma circunscrição territorial dotada de personalidade jurídica e com certa autonomia administrativa, sendo a menor unidade autônoma da Federação. A sede do município é categorizada como cidade e possui o seu mesmo nome (CNM, 2024).

Os municípios brasileiros possuem apenas dois poderes: o Executivo (Prefeitura) e o Legislativo (Câmara de Vereadores), responsáveis pelo cumprimento e elaboração das leis. O número de vereadores varia conforme o contingente populacional do município. Assim, quanto maior o número de habitantes, maior a quantidade de vereadores.

Geralmente, as cidades com mais de 20 mil habitantes necessitam de planos para qualificar ações e a gestão. Nessa direção, o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, regulou os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal, possibilitando o desenvolvimento de uma política urbana com a aplicação de instrumentos de reforma urbana voltados à promoção da inclusão social e territorial nas cidades brasileiras. O plano diretor no Estatuto da Cidade é um instrumento criado para permitir a participação social no âmbito da gestão dos interesses públicos, uma vez que para sua efetivação é fundamental que exista, na sua formulação, a participação popular. O plano diretor tem o objetivo de indicar a forma de desenvolvimento do município, fixando as regras e as estratégias de planejamento, para que se alcance o efetivo desenvolvimento econômico, social e físico de seu território (Decarli; Filho, 2008).

Segundo dados do IBGE (2019), 2.707 municípios brasileiros – ou 48,5% do total – não possuíam esse instrumento, embora 533 deles tenham informado que estavam em processo de elaboração. O plano diretor consiste em um conjunto de diretrizes que orientam o uso e a ocupação do solo, regulando a ação dos agentes sociais e econômicos sobre o território municipal. Seu principal objetivo é organizar o crescimento e o funcionamento do município como um todo, abrangendo tanto as áreas urbanas quanto as rurais (Santoro; Cymbalista, 2004 *apud* IBGE, 2019).

O setor público desempenha papéis fundamentais, como definir os princípios operacionais da sociedade, prestar serviços essenciais aos cidadãos e suprir demandas que o setor privado ou organizações sem fins lucrativos não conseguem ou não têm interesse em atender. No entanto, diante de um histórico de deficiências, persiste uma visão pessimista sobre suas ações e serviços, o que evidencia a necessidade de aprimorar seu desempenho e, assim, reconquistar a confiança e a satisfação da população (Kotler; Lee, 2008).

A existência de recursos financeiros, aliada a outros fatores, é estratégica para o desenvolvimento dos municípios. Nesse contexto, a forma de distribuição dos valores arrecadados por meio de tributos no Brasil revela importantes disparidades. Considerando o total arrecadado em 2020 – cerca de R\$ 1,3 trilhão –, 68% do montante permaneceu com a União, sendo que 58% ficou concentrado em Brasília. Os estados receberam 24% e os municípios, apenas 18% (Studio Fiscal, 2014).

Outra conjunção a ser analisada é a população dos municípios. Segundo o IBGE (2017), 68,3% dos municípios brasileiros possuem menos de 20 mil habitantes e abrigam apenas 15,5% da população do país – 32,2 milhões de habitantes. Essa redução da taxa populacional vem ocorrendo nos últimos anos e os principais fatores desse fenômeno são a diminuição da fecundação e da migração. Assim, os municípios menores tendem a perder população para aqueles que apresentam maior dinamismo econômico e maior grau de atratividade.

Outro fator fundamental para o crescimento e desenvolvimento dos municípios está relacionado ao nível de competitividade que o local pode adquirir a partir de práticas modernas e adequadas de gestão. Para Dias e Cassar (2005, p. 240) “a competitividade de uma localidade e a qualidade de vida de seus habitantes dependem da existência de uma infraestrutura apropriada para o atendimento dos visitantes”.

Nesse sentido, os autores listam alguns aspectos importantes, que devem ser considerados quanto a infraestrutura de um local: a) redes de abastecimento de água

e eletricidade; b) sistema de saneamento básico e destinação de resíduos sólidos e líquidos, bem como, pavimentação das ruas e vias de acesso aos atrativos; c) sistema de transporte público eficaz e facilidade de acesso aos locais dos atrativos; d) conexões com outras cidades e facilidade no acesso à aeroportos e terminais de ônibus; d) existência de espaços públicos de lazer e arborização de vias públicas; e) existência de centros de saúde com capacidade de atender emergências e profissionais especializados; f) estrutura de serviços qualificada para atender visitantes (hotéis, restaurantes, etc.); g) estrutura adequada de telecomunicação e internet; h) segurança, tanto com policiamento, quanto com posto de atendimento; i) comércio que atenda às necessidades e expectativas de visitantes, sejam elas básicas ou supérfluas.

Ainda em relação às pequenas cidades, Santos (2009) observa que, antes, elas eram conhecidas como “cidades dos notáveis”, mas atualmente se transformam em “cidades econômicas”. Nessas localidades, figuras tradicionais como o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor e a telegrafista deram lugar a novos protagonistas ligados à economia e ao setor produtivo. Hoje, são imprescindíveis profissionais como o agrônomo (que antes residia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos e os responsáveis pelos comércios especializados, entre outros.

2.2 DESENVOLVIMENTO

Num estudo de Riedl (2024), desenvolvimento é praticamente sinônimo de crescimento econômico, ou seja, quanto maior a renda *per capita* da população, maior o nível de desenvolvimento. Para o autor, esse indicador comprovou sua limitação e inadequação, especialmente por não levar em conta o perfil de distribuição dessa renda na população. Em retorno a essas restrições, outros indicadores de desenvolvimento foram elaborados. Um dos mais utilizados tem sido o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Barquero (2001) aponta que o desenvolvimento é um processo de crescimento e mudança estrutural decorrente da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, do aproveitamento das economias externas e da introdução de inovações, elevando o bem-estar da população. Quando a comunidade local consegue utilizar seu potencial e liderar essas transformações, tem-se o desenvolvimento local endógeno. Dallabrida (2010) o define como um processo situado histórica e territorialmente, marcado pela dinamização socioeconômica e pela melhoria da qualidade de vida.

Complementando, Siedenberg (2006) descreve o desenvolvimento regional como um processo de mudanças sociais e econômicas que ocorrem em uma determinada região, tendo como referência aspectos geográficos, administrativos, econômicos, físico-naturais, culturais, políticos, etnográficos, entre outros. Para Fischer (2002), o desenvolvimento local remete à combinação entre estabilidade e transformação, inovação e permanência, competição e solidariedade – sentidos esses contraditórios, que são manejados simultaneamente por interesses coletivos representados por gestores de processos em diversas escalas.

2.3 DESENVOLVIMENTO DE REGIÕES DE FRONTEIRA

O termo fronteira, segundo Troian e Brites (2024), é um espaço que possui características contrastantes ao território contíguo, onde se desenvolve uma rede, que está tanto sob os efeitos de uma dinâmica local como também global. Para os autores, é uma região dotada de contradições e convergências, compartilhando problemas e atributos, gerando identidade a partir de características comuns. É um assunto recente que está em construção, assim como o estudo com enfoque no desenvolvimento de regiões de fronteira, que possuem, em alguns casos, características próprias, como políticas públicas diferenciadas e legislação específica, sendo que muitas vezes são consideradas como áreas de segurança nacional, inviabilizando investimentos com capital externo.

A maior dificuldade ao estudar esse tema está no desafio de construir estratégias de desenvolvimento dos territórios e identificar e valorizar o potencial de um território, deixando de fora a arbitrariedade da delimitação legal de uma nação, estado ou município, por exemplo. Trata-se de transformar recursos em ativos, através de um processo de mobilização e arranjos dos atores sociais (Troian; Brites, 2024).

No caso das fronteiras, segundo Lima (2021), a articulação dos diversos atores que compõem os poderes federais, estaduais, municipais e a sociedade civil é imprescindível, pois esse espaço também representa uma área de segurança nacional.

2.4 POTENCIALIDADES

Um estudo de Alves e Paula e Silva (2016) mostra que a escala local das pequenas cidades pode apresentar potencialidades para implementação de ações de planejamento, especialmente considerando que essas possuem perímetro urbano menos extenso e menor dimensão populacional, o que poderia facilitar a construção de espaços capazes de assegurar melhores condições de vida, especialmente se houver recursos financeiros e um quadro de funcionários experientes e eficientes.

As potencialidades de um município referem-se aos seus recursos e vantagens que, se bem aproveitados, podem levar a melhorias na qualidade de vida dos habitantes. Essas potencialidades podem ser de diferentes naturezas, incluindo infraestrutura, equipamentos, recursos naturais, cultura, turismo e mão de obra, entre outros.

Segundo Kotler (1996), a análise SWOT é um modelo qualitativo que permite identificar aspectos positivos e negativos de um produto, serviço ou mesmo de um território. Trata-se de uma ferramenta fundamental para o planejamento estratégico, pois orienta a definição de estratégias com base na análise de fatores internos – forças (*strengths*) e fraquezas (*weaknesses*) – e fatores externos – oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*).

Essa metodologia contribui significativamente para a construção de um planejamento estratégico municipal, ao permitir uma avaliação integrada dos cenários interno e externo. O autor ressalta, ainda, que as ameaças, diferentemente das oportunidades, representam forças externas com potencial de impactar negativamente uma organização ou cidade. Por isso, devem ser analisadas com cautela, pois podem comprometer tanto o planejamento quanto os resultados esperados (Kotler, 1996).

Segundo Bjorn (2008), o objetivo é fundamentar o método da análise SWOT como um instrumento interno de análise abrangente, para processar as informações internas e externas do negócio como um todo, capaz de acrescentar valor significativo para o desenvolvimento estratégico da empresa, organização ou de um lugar.

Segundo Oliveira (2013), as potencialidades estão geralmente associadas aos pontos fortes, que são os aspectos positivos da organização em relação aos seus produtos e serviços. Os pontos fortes internos são capacidades que podem ajudar a empresa a atingir suas metas e objetivos. Eles também fazem conexão com as oportunidades, que são variáveis externas que podem criar condições favoráveis para o local. De acordo com Cobra (1992), todo negócio tem seus pontos fortes, sobre os quais apoia sua força motriz, que muitas vezes é a imagem de sua marca, por exemplo.

Para Kotler *et al.* (2006) as potencialidades de desenvolvimento local são os aspectos positivos que podem ser explorados para melhorar a qualidade de vida dos habitantes e o crescimento social e econômico. Compreendem os recursos naturais, infraestrutura e equipamentos, serviços, recursos humanos e capitais social, empresarial e natural. Outros elementos potenciais que podem ser trabalhados são a existência de funcionários qualificados, *know-how* de marketing, gestão competente, estabilidade financeira e capacidade de inovação.

2.5 FRAGILIDADES E DIFICULDADES DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS

As fragilidades estão associadas aos pontos fracos, que são os aspectos negativos da organização em relação aos seus produtos e serviços. Eles podem impedir a empresa, organização ou local de atingir suas metas e objetivos gerando uma situação desfavorável (Oliveira, 2013). Nesse caso, podem-se considerar alguns elementos, como custos elevados, comunicação deficiente, falta de coesão na administração, equipe insuficientemente capacitada, sistema defasado de atendimento, acesso inadequado a crédito para comprar produtos, além de gestores inexperientes.

Essa fragilidade institucional ocorre quando as instituições não geram qualquer resultado prático ou efeitos na sociedade; elas simplesmente refletem o que aconteceria na ausência da instituição (Helmke; Levitsky, 2006).

Santos Filho e Miranda (2015) destacam alguns fatores que impactam diretamente a economia local e comprometem o progresso dos pequenos municípios:

Desigualdade na distribuição de receitas: há desproporcionalidade nos repasses da União e dos Estados, o que reduz a capacidade de investimento dos pequenos municípios. Essa situação é agravada pela chamada "guerra fiscal", promovida por municípios maiores, enfraquecendo ainda mais os menores e dificultando o atendimento às demandas sociais;

Receitas insuficientes e dependência externa: a limitação de recursos leva muitos municípios ao endividamento e aumenta sua dependência de repasses dos demais entes federativos, comprometendo a capacidade de atender às necessidades básicas da população;

Gestão pública orientada pelo mercado: muitas administrações locais adotam uma lógica gerencialista de origem neoliberal, com foco em eficiência administrativa, mas pouco incentivo à organização popular. Isso reduz o apoio à formação de associações e cooperativas que poderiam fortalecer o processo produtivo local e impulsionar o desenvolvimento econômico.

Alves, Paula e Silva (2016) observam que, para mitigar os problemas enfrentados pelos pequenos municípios, defende-se a adoção de políticas públicas preventivas, ações de planejamento que antecipem demandas, valorizem potencialidades e amenizem fragilidades, além da articulação com uma gestão eficiente. Contudo, na prática, essas iniciativas muitas vezes se limitam ao cumprimento de exigências burocráticas, o que compromete a efetividade do planejamento e a implementação de mudanças estruturais.

Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (2022), um dos principais entraves do federalismo brasileiro é a concentração de receitas na União. Embora os municípios sejam responsáveis por grande parte dos serviços públicos, os recursos da arrecadação tributária permanecem centralizados, provocando distorções e desequilíbrios na gestão pública. Atualmente, a União retém cerca de 50% da arrecadação nacional, os Estados 31%, e os Municípios apenas 19%.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa se classifica como bibliográfica, exploratória, descritiva e qualitativa. O método concentrou o foco no estudo das potencialidades e fragilidades dos municípios da Região Fronteira Noroeste. O objetivo da pesquisa exploratória é explorar um problema ou uma situação para prover critérios e compreensão. A etapa exploratória assume, basicamente, a forma de pesquisa bibliográfica, focada em aprofundar conceitos relacionados ao tema da pesquisa.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica. De acordo com Gil (2018), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros, pesquisas, sites, relatórios e artigos científicos. Para Lakatos (2003), consiste no passo inicial de qualquer estudo, ou seja, após a escolha de um assunto, torna-se necessário realizar uma revisão bibliográfica sobre ele.

A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno. De acordo com Gil (2002), esse tipo de pesquisa também

trabalha com o levantamento de opiniões de uma população e pode ser utilizado para proporcionar uma nova visão do problema em estudo. O estudo também colheu opiniões e percepções dos agentes envolvidos no processo da investigação.

Para o desenvolvimento da pesquisa também foi utilizada a abordagem qualitativa, que caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, que variam desde as mais simples, como percentual, média e desvio-padrão, até as mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc. (Richardson, 2015).

Os dados predominantemente qualitativos foram coletados por meio de um questionário com perguntas relacionadas ao tema do artigo, com vistas a responder ao objetivo da pesquisa. Conforme Lakatos e Marconi (2003), o questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que deve ser respondido sem a presença do entrevistador. O pesquisador envia o questionário ao informante e depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo.

O processo da pesquisa iniciou por meio do contato com as prefeituras via telefone, *e-mail* e *WhatsApp*, nos meses de abril, maio e junho de 2022, para verificar a disponibilidade e o interesse em contribuir com informações acerca do tema em estudo. Nesses contatos, antecipou-se o principal objetivo e a finalidade da pesquisa.

Posteriormente, tendo o aceite e concordância para a coleta de dados primários, foi elaborado um questionário e encaminhado por Correios e por *e-mail* aos prefeitos dos vinte municípios da região. O questionário apresentou um conjunto de assertivas com o objetivo de investigar as potencialidades existentes para impulsionar o desenvolvimento econômico, as principais fraquezas, a existência de estratégias, visão futura para o município e principais parcerias. Também apresentou questões abertas, que permitiam uma resposta mais elaborada, para que

os participantes expressassem sua opinião e percepção, fornecendo detalhes e explicações com suas próprias palavras.

No período de maio a junho ocorreu o retorno do questionário, atingindo 100% das cidades pesquisadas. Os instrumentos de coleta de dados foram respondidos alguns pelos próprios prefeitos, outros por assessores de gabinete, gestores públicos e secretários. Posteriormente ao recebimento do material, foi iniciado o processo de análise e interpretação das respostas obtidas. Também, foram feitos comentários explicativos, buscando estabelecer uma relação entre os estudos teóricos realizados sobre o tema e a percepção do pesquisador, visando atingir o objetivo proposto.

Segundo Bardin (1977) a análise de conteúdo visa obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência dessas mensagens. Segundo a autora, essa técnica visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema e ajuda a compreender como as pessoas pensam e agem no mundo concreto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

A jurisdição da Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul é formada por 20 municípios: Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi.

A figura 1 mostra que alguns municípios fazem fronteira com a Argentina. As cidades de Porto Mauá e Porto Vera Cruz possuem o transporte via balsa para o país vizinho; embora existam estudos e projetos, ainda não há uma ponte internacional na região que ligue os dois países. Esse fato caracteriza a região como fronteira, o que, em alguns aspectos, pode ser um fator positivo nas relações comerciais, mas também pode apresentar limitações quanto ao processo de desenvolvimento, especialmente pelo fator cultural.

A figura 2 apresenta informações da população da região. Percebe-se que ao longo das últimas décadas não ocorre aumento da população e que, na verdade, há perda. No ano 2000, por exemplo, a região possuía população maior do que em 2021.

Figura 2 – Evolução da população residente no período de 1970 a 2021.

Anos Municípios	1.970	1.980	1.990	2.000	2.010	2.021	Variação Absoluta	Traxa de Cresciment o
Brasil	94.508.583	119.011.052	144.090.756	169.799.170	190.755.799	213.317.639	118.809.056	125,71%
Total do RS	6.664.841	7.773.849	9.004.520	10.187.798	10.693.929	11.446.630	4.781.789	71,75%
Região CFN	198.556	212.604	207.906	210.366	203.494	201.040	2.484	1,25%
Alecrim	15.412	13.923	10.727	8.487	7.045	5.710	-9.702	-62,95%
Alegria			6.353	5.367	4.301	3.287	-3.957	-54,62%
Boa Vista do Buricá	8.747	8.829	9.061	6.587	6.574	6.712	-2.035	-23,27%
Campina das Missões	7.801	8.277	8.077	7.014	6.117	5.325	-2.476	-31,74%
Cândido Godói	7.690	8.008	7.508	7.092	6.535	6.106	-1.584	-20,60%
Doutor Maurício Cardoso			7.273	6.329	5.313	4.380	-3.437	-43,97%
Horizontina	20.996	24.678	17.001	17.699	18.348	19.446	-1.550	-7,38%
Independência	9.046	8.317	7.572	7.308	6.618	6.054	-2.992	-33,08%
Nova Candelária				2.883	2.751	2.677	-402	-13,06%
Novo Machado				4.718	3.925	3.191	-2.189	-40,69%
Porto Lucena	13.007	12.211	9.689	6.398	5.413	4.514	-8.493	-65,30%
Porto Mauá				2.802	2.542	2.332	-623	-21,08%
Porto Vera Cruz				2.464	1.852	1.258	-1.574	-55,58%
Santa Rosa	39.550	52.227	57.692	65.016	68.587	73.882	34.332	86,81%
Santo Cristo	15.016	15.314	15.163	14.890	14.378	14.177	-839	-5,59%
São José do Inhacorá				2.402	2.200	2.040	-491	-19,40%
Senador Salgado Filho				2.927	2.814	2.761	-164	-0,06%
Três de Maio	31.363	33.051	26.502	24.136	23.726	23.846	-7.517	-23,97%
Tucunduva	15.289	13.864	12.668	6.305	5.898	5.612	-9.677	-63,29%
Tuparendi	14.639	13.905	12.620	9.542	8.557	7.730	-6.909	-47,20%

Fonte: IBGE (2024).

Observa-se a redução populacional associada à baixa densidade demográfica na maioria dos municípios da região, considerando que apenas quatro dos 20 municípios possuem população superior a 10 mil habitantes. Outro fator que evidencia as diferenças entre os municípios está relacionado à distribuição entre a população urbana e rural. Enquanto Porto Vera Cruz tem 86% da população vivendo na zona rural, em Santa Rosa esse percentual é de apenas 12% (IBGE, 2024). Trata-se de uma situação que pode ser considerada problemática. Para enfrentar essa realidade, a região tem desenvolvido algumas ações, especialmente a contratação de pessoas vindas dos países vizinhos para atuar na indústria e no comércio.

4.2 POTENCIALIDADES DOS MUNICÍPIOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Nos estudos de Bresser-Pereira (2008), o desenvolvimento econômico é um processo histórico de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico. Também se refere ao aumento da produtividade e dos salários, decorrente da

necessidade de mão de obra cada vez mais qualificada e com maior custo de reprodução social. É uma indicação de êxito na competição internacional.

O instrumento de coleta de dados solicitou aos gestores públicos que destacassem as principais potencialidades de seus municípios, sendo o setor primário o mais citado. As cidades possuem vocação e tradição nas atividades do agronegócio, apoiadas por diversos ramos do cooperativismo. Outra potencialidade está no setor industrial, especialmente no polo metalmeccânico. A região abriga duas grandes indústrias fabricantes de colheitadeiras, além de outras empresas cuja produção é voltada ao setor agrícola, representando cerca de 40% do segmento de máquinas e equipamentos agrícolas. Destacam-se ainda as agroindústrias de processamento de alimentos, laticínios e carnes.

Os portos de Porto Vera Cruz e Porto Mauá também foram mencionados por sua relevância na movimentação de produtos, pessoas, turistas e cargas, contribuindo para a geração riqueza para a região. O setor de turismo foi igualmente destacado pelos gestores, já que a região conta com diversos atrativos e atividades de lazer, como balneários, passeios náuticos, pesca esportiva, cabanas e chalés, restaurantes, cafeterias, trilhas, cavalgadas, cascatas, sítios, quiosques, hospedagens temáticas, jardins esculturais, sabores do campo e o Memorial da Evolução Agrícola (MEA).

Outros aspectos destacados como potenciais pelos gestores públicos referem-se ao espírito de voluntariado, à presença de lideranças ativas e ao povo trabalhador da região. Também foram apontados os incentivos ao empreendedorismo, à instalação de indústrias e agroindústrias, além da realização de eventos como o turismo religioso, feiras e exposições, que atuam como estratégias de atração de visitantes. Destaca-se ainda a contribuição da gestão qualificada da Associação dos Municípios da Fronteira Noroeste (Amufron) e de outras entidades, como associações comerciais, industriais, agropecuárias e o Sindilojas. As áreas da educação, com a presença de universidades, e da saúde, com infraestrutura para exames, cirurgias de alta complexidade e hospitais de referência regional e estadual, também foram consideradas potenciais importantes.

As atividades do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede), que possui 25 anos de atuação alicerçada no Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste, foi destaque na pesquisa como um forte potencial para o desenvolvimento regional, pois têm trazido contribuições significativas nas dimensões econômica, social e ambiental.

Observa-se que a região possui potenciais e diferenciais fundamentais para o desenvolvimento econômico e social. Em vários municípios, há riqueza distribuída entre diferentes áreas e setores. O desafio está em saber como aproveitar esse potencial de forma a promover um crescimento mais equilibrado. A figura 3 mostra que enquanto alguns municípios estão bem posicionados em termos de Produto Interno Bruto (PIB) e população, a maioria apresenta fragilidades significativas. Os municípios de Santa Rosa, Horizontina e Três de Maio, por exemplo, concentram cerca de 65,54% do PIB da região.

Figura 3 – Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) na região no período de 2002 a 2019.

Espacialidade/Anos	2002	2005	2010	2015	2019	Taxa de Crescimento
Brasil	4.328.773.914,34	4.918.073.032,80	6.596.050.030,75	7.412.208.337,29	7.543.699.059,00	74,27%
Rio Grande do Sul	287.406.559,85	308.968.416,38	409.509.575,77	472.233.043,82	492.556.507,96	71,38%
COREDE Fronteira Noroeste	5.970.698,48	6.066.013,23	7.134.315,05	8.512.793,39	9.412.140,03	57,64%
Alecrim	83.262,56	70.742,84	99.181,10	116.160,45	120.493,67	44,72%
Alegria	61.076,88	51.767,25	79.164,83	114.427,36	113.223,91	85,38%
Boa Vista do Buricá	153.428,55	132.312,31	174.043,85	209.866,43	250.992,11	63,59%
Campina das Missões	98.813,98	80.522,16	116.220,93	151.406,24	166.439,72	68,44%
Cândido Godói	133.386,34	112.579,45	213.336,81	231.406,25	247.837,98	85,80%
Doutor Maurício Cardoso	128.316,16	95.453,99	148.854,96	206.953,75	193.321,77	50,66%
Horizontina	1.687.762,93	2.141.630,50	1.515.591,30	1.481.483,00	1.777.628,55	5,32%
Independência	166.652,88	123.318,99	176.151,74	257.487,07	286.694,80	72,03%
Nova Candelária	74.687,78	104.130,87	107.964,38	143.560,33	169.004,90	126,28%
Novo Machado	88.492,20	52.665,13	95.255,33	133.036,24	136.233,38	53,95%
Porto Lucena	74.843,33	65.402,55	91.577,90	109.464,81	109.832,29	46,75%
Porto Mauá	35.434,61	33.127,13	47.270,74	62.759,02	66.287,27	87,07%
Porto Vera Cruz	27.385,08	22.931,22	31.179,73	36.552,27	35.194,27	28,52%
Santa Rosa	1.701.335,24	1.686.429,93	2.523.202,10	2.976.428,82	3.258.003,45	91,50%
Santo Cristo	447.753,03	414.105,57	465.952,20	530.962,63	610.612,57	36,37%
São José do Inhacorá	81.077,92	42.882,11	64.140,22	89.739,26	109.022,29	34,47%
Senador Salgado Filho	45.020,48	39.913,44	73.217,37	99.300,95	95.149,53	111,35%
Três de Maio	544.382,14	529.071,61	693.111,27	1.050.202,11	1.133.629,58	108,24%
Tucunduva	155.606,65	121.610,98	184.670,46	217.276,51	229.383,90	47,41%
Tuparendi	181.979,74	145.415,22	234.227,81	294.319,89	303.154,08	66,59%

Fonte: IBGE (2024).

4.3 FRAGILIDADES E DEFICIÊNCIAS QUE PODEM INIBIR O DESENVOLVIMENTO

Os gestores destacaram um conjunto de fragilidades que afetam os municípios e a região. A principal, apontada por mais de 90% dos participantes, está relacionada à redução populacional. Entre 2001 e 2020, a população da região diminuiu de 212.181 para 198.324 habitantes (IBGE, 2022). Soma-se a isso o envelhecimento da população, fenômeno que acompanha a tendência do estado do Rio Grande do Sul. A proporção de pessoas com mais de 60 anos triplicou em 50 anos, passando de 5,8% na década de 1970 para 18,8% em 2020. Atualmente, o estado apresenta a maior taxa de envelhecimento do país: 103,3 idosos para cada 100 jovens (ATLAS, 2022). Essa mudança demográfica é agravada pela migração de jovens do meio rural para os centros urbanos, dificultando a renovação da força de trabalho no campo.

Outros elementos apontados incluem a escassez de mão de obra qualificada e o êxodo rural, com a ausência de sucessão familiar nas propriedades. Isso compromete diretamente a continuidade das atividades agrícolas e o desenvolvimento do setor.

A infraestrutura logística também apresenta fragilidades. Alguns municípios ainda não possuem acesso asfáltico, o que prejudica a integração com os grandes centros. Além disso, destacam-se a precariedade das estradas vicinais nas áreas rurais e a falta de estrutura aeroportuária adequada.

Outros fatores limitantes mencionados pelos gestores são: a cultura fronteiriça, considerada pouco propensa ao desenvolvimento; o déficit habitacional; a distância dos grandes centros; e os riscos climáticos, como estiagens prolongadas e excesso de chuvas, que podem gerar sérias consequências econômicas e sociais. Também foi observada a carência de estabelecimentos gastronômicos com variedade de pratos típicos, além da insuficiência da rede hoteleira em alguns municípios.

Nota-se que, enquanto alguns municípios enfrentam menos limitações, outros – geralmente os menores, com baixa população e PIB – apresentam um número maior de dificuldades para avançar em termos de desenvolvimento.

Diante desse cenário, é necessário adotar ações capazes de enfrentar essas fragilidades e criar melhores condições para os municípios e a região. Entre outras estratégias, destaca-se a importância do desenvolvimento de projetos nas diversas áreas e dimensões, por meio de parcerias com os governos estadual e federal, além do fortalecimento de associações e outras entidades locais.

4.4 ESTRATÉGIA PARA MINIMIZAR O IMPACTO DAS FRAGILIDADES

O desenvolvimento pleno passa pelo processo da minimização das fragilidades, visando buscar alternativas para transformá-las em potências para a região e municípios.

As principais estratégias para a região estão relacionadas com projetos direcionados para a construção da ponte internacional e da estrada costeira, que visa a criação de uma rodovia costeira às margens do Rio Uruguai, projetos públicos capazes de atrair novas empresas, além de atividades e estratégias de incentivo ao turismo. Também são importantes ações para mobilizar a permanência de jovens no campo, incentivo aos agricultores e produtores de grãos, leite e carne. Ações voltadas a novas construções no setor habitacional com ampliação de loteamentos e realização de um planejamento para novas agroindústrias, abatedouros e cursos de qualificação profissional. Ainda, o desenvolvimento do setor primário, comércio, serviços, saúde e educação, investimentos em infraestrutura e na qualidade de vida da população.

Destaque também para as parcerias. Por meio dessa estratégia colaborativa é possível obter melhorias em diversas áreas, tais como estradas, construção de pontes e pontilhões, entre outras, a fim de atrair novos projetos de desenvolvimento para a região. Ações conjuntas com universidades, Governo Estadual e Federal, Sebrae, Senai, cooperativas, associações comerciais e empresariais, Sindilojas, Corede Fronteira Noroeste e sindicatos.

Observa-se que ao analisar as individualidades, os municípios propõem estratégias bem diversificadas, mostrando a diversidade da região quanto a sua economia e atividades dos setores primário, secundário e terciário. Porém, fica evidente a necessidade da efetivação de grandes projetos que possam beneficiar e contribuir para o desenvolvimento da região como um todo. A tendência é que cada município encontre por meio de uma gestão qualificada alternativas para resolver seus problemas.

Nessa direção, observa-se no resultado da pesquisa que, quando questionados se possuem ações comuns, a maioria dos gestores, com algumas exceções, entende que não há, embora concordam que muitas ações são discutidas, principalmente via Corede e Amufron. O Corede tem se consolidado como um instrumento estratégico para que a região identifique e defina suas prioridades, visando à elevação dos indicadores de desenvolvimento. Ao longo de sua trajetória, é possível perceber resultados positivos decorrentes da atuação do Corede Fronteira Noroeste.

Por fim, estratégias de parcerias público-privada (PPPs) também podem ser uma alternativa para a realização conjunta de determinados serviços ou de grandes obras que impulsionem o desenvolvimento em todas as dimensões, beneficiando toda a região.

5 CONCLUSÃO

Os objetivos propostos foram atingidos na medida em que foi possível destacar, apresentar e analisar as principais percepções e ideias dos gestores públicos dos 20 municípios que formam a região em estudo.

Constata-se que os municípios e região podem reagir de diferentes maneiras frente aos aspectos positivos ou negativos, seja em razão da posição geográfica ou do reduzido número de moradores e baixo Produto Interno Bruto (PIB). Assim, alguns municípios, setores e dimensões da economia necessitam de mais atenção e de investimentos, principalmente para qualificar e melhorar os serviços oferecidos.

Em relação as fragilidades, fica evidente que alguns aspectos são preocupantes e que interferem no desenvolvimento da região, tais como a localização, considerada geograficamente periférica, com várias cidades fronteiriças e com características de desenvolvimento tardio, além da redução da população, que impacta e compromete as atividades que dependem de profissionais qualificados e também as carências de infraestrutura logística. Associa-se ainda que a maioria das cidades da região possuem menos de 10 mil habitantes, condição que fragiliza e restringe a capacidade de novos investimentos em áreas prioritárias para o desenvolvimento social e econômico.

Porém, cabe destacar que a região possui municípios desenvolvidos economicamente, apresentando fatores com um enorme potencial para avançar e se destacar em várias atividades e setores. A região vem enfrentando os problemas por meio da qualificação da gestão pública e privada, de novas tecnologias e inovações.

A produção primária e o setor industrial se destacam nas exportações para vários países do mundo todo. Algumas cidades são referência na área da saúde, educação, indústria, comércio e serviço. Percebe-se que a região reúne condições e oferece infraestrutura semelhantes a centros urbanos, além de proporcionar qualidade de vida para aqueles que nela vivem.

Para concluir, este estudo sugere a continuidade das pesquisas na região, com investigações mais aprofundadas sobre cada município. O objetivo é compreender as condições específicas que explicam as desigualdades de desenvolvimento existentes, identificando os fatores que levam a diferenças significativas entre setores, áreas e dimensões estratégicas dentro de uma mesma região. Além disso, recomenda-se investigar formas mais eficazes de aproveitar as potencialidades locais e regionais para promover um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, J. G.; LIMA, T. P. COVID-19 lethality in non-elderly individuals in cities with different Human Development Index. *Tropical Doctor*, v. 51, n. 1, p. 124-125, 2021.

ALVES, L. A.; PAULA E SILVA, A. R. de. Desafios e potencialidades das pequenas cidades no contexto de uma sociedade urbana: alguns apontamentos com base na realidade de Frutal - MG e São Gotardo - MG. *RAEGA - O Espaço Geográfico Em Análise*, 35, 7-37, 2016.

Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/38065>. Acesso em: 3 mai. 2025.

ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. Pirâmides etárias e envelhecimento da população. 2022. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/piramides-etarias-e-envelhecimento-da-populacao>. Acesso em: abr. 2025

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARQUERO, A. V. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2001.

BJORN, A. *The Swot Analysis*. Seminar paper. Amazon Kindle Edition, Berlin, 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O conceito histórico de desenvolvimento econômico.

EESP/FGV 157, 2008. Disponível em:

<https://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.18.ConceitoHist%C3%B3ricoDesenvolvimento.31.5.pdf>. Acesso em 10 mai. 2025.

BÜTTENBENDER, P. L.; DALLABRIDA, V. R. Planejamento estratégico territorial: a experiência de planejamento do desenvolvimento na região fronteira Noroeste - RS - Brasil. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2006.

CNM – Confederação Nacional de Municípios. Pesquisa sobre as principais dificuldades encontradas nos municípios. 2022. Disponível em:

https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2022/Estudos_tecnicos/202205_ET_GMUN_Pesquisa_sobre_principais_dificuldades_encontradas_municipios.pdf?t=1695392714.

Acesso em 10 mai. 2025.

COBRA, M. Administração de marketing. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste. Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste 2015-2030.

Ijuí: Ed.

Unijui, 2017.

DALLABRIDA, V. R. Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

DECARALI, N.; FILHO, P. F. Plano Diretor no Estatuto da Cidade: uma forma de participação social no âmbito da gestão dos interesses públicos. *Senatus*, Brasília, v. 6, n. 1,

p. 35-43, maio 2008. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/131832/Plano_diretor_estatuto_cidade.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 5 mai. 2025.

DIAS, R.; CASSAR, M. Fundamentos do marketing turístico. São Paulo: Editora Pearson, 2005. 292 p.

FERNANDES, C. A. O processo de desenvolvimento da região fronteira noroeste do estado do Rio Grande do Sul e suas potencialidades. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí). Ijuí - RS, 2013.

FISCHER, T. (Org.). Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo, Atlas, 2002. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

HELMKE, G.; LEVITSKY, S. Informal institutions and Democracy: Lessons from Latin America. Baltimore: John Hopkins University Press, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios para 2017. Agência IBGE Notícias, 31 ago. 2017.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017>. Acesso em: 3 mai. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio Grande do Sul, Panorama Cidades, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>. Acesso em: mar. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio Grande do Sul, Panorama Cidades, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>. Acesso em: 10 mai. 2025.

IBGE. Perfil dos municípios brasileiros: 2018. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 131 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101668.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2025.

KOTLER, P. Marketing. São Paulo: Atlas, 1996.

KOTLER, P.; LEE, N. Marketing no setor público: um guia para um desempenho mais eficaz. Porto Alegre: Bookman, 2008.

KOTLER, P. *et al.* Marketing de lugares: como conquistar crescimento de longo prazo na América Latina e no Caribe. Tradução de Ruth Bahr. São Paulo: Editora Pearson, 2006.

LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo, Atlas, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PTDRS; CODETER. Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: território da cidadania zona sul do estado do Rio Grande do Sul. – Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2009. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio104.pdf. Acesso em: abr. 2025.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

RIEDL, M. Desenvolvimento. In: GRIEBELER, Marcos, P. D. (Org.). Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos. Versão revisada e ampliada. Editora Conceito, 3ª ed., Uruguaiana, 2024.

ROTTA, E. *et al.* Investimentos públicos em políticas sociais: trajetória de duas décadas no Noroeste do Rio Grande do Sul. IN: 3. SEDRES (Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade). Anais... Blumenau: FURB, 2016.

SANTOS FILHO, A. dos; MIRANDA, L. C. de A. Municípios de pequeno porte enfrentam dificuldades para atender as demandas sociais. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Estratégica em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Campinas, Belo Horizonte – MG, 2015.

SANTOS, M. Urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec. 2009.

SIEDENBERG, D. R. Dicionário do desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

STUDIO FISCAL. A distribuição dos impostos frente ao pacto federativo no Brasil. Jusbrasil, 16 dez. 2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-distribuicao-dos-impostos-frente-ao-pacto-federativo-no-brasil/158223841>. Acesso em: 2 abr. 2025.

TROIAN, A.; BRITES, C. Desenvolvimento de regiões de fronteira. In: GRIEBELER, Marcos, P. D. (Org.). Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos. Versão revisada e ampliada. Editora Conceito, 3ª ed., Uruguaiana, 2024.